

ATA DA DUCENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

1 Aos vinte e sete dias do mês março do ano de dois mil e doze, às nove horas realizou-se a
2 Ducentésima Octogésima Sétima Reunião Extraordinária do Conselho de Saúde do Distrito
3 Federal, no Auditório da Secretaria de Estado de Saúde do DF, com a presença do Secretário
4 de Saúde Rafael de Aguiar Barbosa, da Secretária Executiva do CSDF Ivanda Martins
5 Cardoso e dos **Conselheiros Titulares**: Rafael de Aguiar Barbosa, Fernanda Nogueira,
6 Armando Martinho Bardou Raggio, Maria Arindelita Neves de Arruda, José Bonifácio Carreira
7 Alvim, Maria Natividade Gomes da S. T. Santana, João Cardoso da Silva, Antonio Agamenon
8 Torres Viana, Paulo Pires, Sérgio Ramos de Freitas, Helvécio Ferreira da Silva, Tiago Sousa
9 Neiva, Nilce Resende Soléo, Gracielly Alves Delgado, Raimundo Nonato Lima, Francisco
10 Holanda Bonfim, dos **Suplentes**: Elias Fernando Miziara, Rosalina Aratani Sudo, Núbia
11 Welerson Vieira, Lucas Cardoso Veras Neto, Edi Sinedino Oliveira Sousa, José Arnaldo
12 Pereira Diniz, Luis Carlos Macedo Fonseca, Regina Lucia Pinta Cohen, Lourdes Cabral
13 Piantino e **Convidados**. **ITEM 01 - Aprovação da pauta da 287ª Reunião Extraordinária do**
14 **CSDF e Aprovação das Atas 284ª Reunião Ordinária e 285ª Reunião Extraordinária do**
15 **CSDF**. Após verificação do quorum deu-se início a reunião às nove horas e cinquenta minutos
16 no auditório da SES – DF pela Secretária Executiva do CSDF Ivanda, informando que a pauta
17 será única, colocou em votação, aprovada por unanimidade. Na seqüência realizou a leitura da
18 ata 284ª RO, foi solicitado inclusão pelo conselheiro Sérgio, a qual foi aprovada. O conselheiro
19 Helvécio solicitou o cumprimento do Regimento Interno do CSDF em relação à necessidade
20 de serem gravadas as Reuniões para confecção das atas e degravação. Referiu que não foi
21 colocado na ata e leitura das Resoluções 18 e 26. Que embora perceba que a atas são bem
22 construídas, faltam informações, porque são colocadas muitas informações durante a
23 Reunião. A Secretária Executiva Ivanda informou que não dispõe de equipamentos para
24 realizar as gravações. O conselheiro Helvécio encaminhou a proposta de suspensão da
25 aprovação das atas na reunião de hoje e para aprovação na próxima Reunião Ordinária do
26 CSDF. O conselheiro Agamenon propõe que as atas sejam adequadas e revisadas pela Mesa
27 Diretora antes de serem encaminhadas por e-mail aos conselheiros. O conselheiro João Cardoso
28 colocou que as Reuniões Ordinárias e Extraordinárias deverão ter seqüências numéricas
29 diferentes. A Secretária Executiva explicou que as numerações estão corretas por que as
30 Reuniões do CSDF são contínuas. O Presidente do CSDF Rafael Aguiar justificando sua
31 ausência as Reuniões do CSDF por causa de suas férias e problemas de saúde de seu pai
32 que culminou em seu falecimento solicitou desculpas a todos e concordou com o
33 encaminhamento do conselheiro Helvécio sobre as atas. **ÍTEM 02 – Apresentação de**
34 **discussão sobre Modelo de Gestão/Gerenciamento das UPAS**. O Presidente do CSDF fez
35 um breve relato da implantação da Unidade de Pronto Atendimento no DF- UPA, explicando
36 que o governo atual não foi responsável pela construção física das quatro unidades hoje em
37 funcionamento, conforme conversas espalhadas sobre o gasto da SES-DF. Informou sobre o
38 abandono destas e que as UPAs foram reformadas pelo Governo e que os gastos já foram
39 totalmente pagos. Ressaltou que o compromisso de campanha do governo Agnelo relativo à
40 construção das casas de família, já foi cumprido e que estas foram inauguradas. Destacou que
41 para realizar a gestão das UPAs existentes, foram contratados temporariamente médicos
42 clínicos, anestesistas, psiquiatra e neonatologistas com autorização do Ministério Público para
43 resolver à situação do atendimento a população com salário diferenciado. Colocou que
44 embora esteja sendo realizados esforços para aquisição dos profissionais médicos, estes não
45 tem entregado a documentação por falta de interesse. Informou que com o quadro atual de
46 Recursos Humanos da SES-DF não tem condições de assumir a gestão das UPAs. Destacou
47 a parceria efetivada entre a Organização Social ABRACE com a SES-DF relativa à gestão do
48 Hospital da criança. Inclusive convida os conselheiros a visitar o Hospital José de Alencar
49 (criança), para terem uma idéia do trabalho que tem sido realizado. Novamente ao se referir
50 sobre o assunto das UPAS, informou que o Ministério da Saúde está desenvolvendo um
51 estudo sobre a situação das UPAs no Brasil e que após o resultado do estudo do MS, a
52 SES/DF pretende definir sobre o encaminhamento da construção ou não das dez UPAS

53 propostas. Após esclarecimento, colocou sobre o projeto de reativação da Fundação
54 Hospitalar do Distrito Federal – FHDF, com foco diferente da anterior, ou seja, cuidando das
55 ações básicas com estratégia do Programa Saúde da Família. Ressaltou que a reativação da
56 Fundação ajudará na gestão do Estado, principalmente no contrato de recursos humanos nos
57 concursos, porque a contratação não entra na Lei de Responsabilidade Fiscal e reforçou que
58 quer ver a possibilidade das quatro UPA serem inseridas dentro desse modelo de gestão.
59 Porém, de acordo com o Presidente do CSDF, considerando a demora da reativação da
60 Fundação, necessita que o CSDF discuta à possibilidade destas Unidades serem geridas por
61 Organizações Sociais (OS), com o acompanhamento do controle social. Finalizou colocando
62 que pretende realizar essa discussão de forma transparente e legal. Após a explanação foi
63 aberta para discussão no Pleno. A conselheira Nilce solicitou esclarecimento sobre a
64 insistência de abertura das UPA considerando a existência da Rede Básica de Saúde na Rede
65 necessitando de abastecimento e de reformas na Rede Hospitalar, bem como de
66 equipamentos para a realização de exames. Reforça não entender o que a UPA faria de
67 diferente. O conselheiro Agamenon considera que o tema já foi bastante discutido e que a
68 proposta apresentada pelo Presidente do CSDF Rafael, é viável por que poderá dar uma
69 resposta a sociedade. Apesar de defender o SUS propõe aprovar a contratação de OS por um
70 período curto de tempo com o acompanhamento de membros do Conselho de Saúde na
71 escolha e no funcionamento dessas unidades de saúde (UPA), até a recriação da FHDF
72 quando essa assumirá as referidas Unidades em aproximadamente um ano. O conselheiro
73 Helvécio solicitou que a proposta do Plano de Saúde fosse pautada na Reunião para
74 aprovação do CSDF. O conselheiro Luis Carlos questionou a diferença entre servidores
75 contratados e temporários e gostaria de saber o que fazer para efetivar Planos de Cargos e
76 Salário para evitar as dificuldades do Governo em contratar profissionais para a SES/DF,
77 principalmente na contratação dos médicos. Ressaltou que o Governo caminha na contra mão
78 de sua própria ideologia e da vontade comunitária já que o modelo é o SUS. Lembrou que
79 Santa Maria na gestão da Organização Social foi uma catástrofe e referiu a reportagem da
80 mídia sobre o atendimento na UPA de Samambaia. A diretora da UPA Olga, tomando a
81 palavra colocou que antes do conselheiro ouvir a mídia, deveria procurar esclarecimento
82 diretamente na UPA sobre a estatística do atendimento para se inteirar da verdade. O
83 conselheiro Helvécio solicitou uma questão de ordem para que a referida Diretora pudesse
84 prestar as informações do atendimento de Samambaia no sentido de enriquecer o debate.
85 Olga iniciou apresentando estatísticas de atendimento desde o dia 15 de março após
86 fechamento da Unidade pelo CRM-DF. Falou que embora tenha acontecido este fato, o
87 atendimento continuou com a ajuda do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência do DF -
88 SAMU, Corpo de Bombeiro do DF e dos próprios funcionários da unidade e que o atendimento
89 passou a diminuir após a seqüência de telefonemas ameaçadores pelo CRM-DF. Explanou
90 sobre a classificação de risco para o atendimento e que esta é determinada pelo Ministério da
91 Saúde e percebe que a maioria dos usuários desconhece qual o atendimento que a UPA deve
92 realizar. Finalizou que está procurando cumprir a Portaria referente ao atendimento desta
93 Unidade. O conselheiro Tiago solicita esclarecimento sobre acessibilidade em todas as
94 patologias e em todas as horas, coloca que a UPA é um dos modelos necessário ao
95 atendimento e não é concorrente ao EPSF já que este não funciona 24 horas e tem outro viés
96 de atenção. Porém considera necessária adequação destas para que faça o bem ao usuário.
97 Quanto à fixação e provimento do médico, considera que somente o salário não o mantém na
98 Instituição é preciso condições de trabalho, considera importante falar que o trabalho do EPSF
99 foi inicialmente bem montado, mas que foi destruído pelos Governos anteriores e ressalta que
100 é contra a terceirização e que ele e o CRM defendem arduamente a volta da FHDF sem
101 direitos restringidos e benefícios adquiridos em anos de lutas; flexibilidade, agilidade sem
102 transição na gestão das UPA por meios de OS. O conselheiro João Cardoso não concorda
103 com a fala do Presidente do CSDF quando ele diz que já foram esgotadas as condições da
104 SES-DF em gerir as UPA. Discorda da transição pelas O.S, lembrando a gestão temporária de

105 Santa Maria. Com relação à UPA perguntou se continuará sendo gestada pelo SAMU e se for
106 colocada para as Organizações Sociais, o valor será menor do que se gasta hoje? Finalizou
107 defendendo a reativação da FHDF. O conselheiro Miziara ao se pronunciar falou sobre a
108 contaminação do debate e dos aspectos da legalidade que envolve as Organizações Sociais e
109 que Santa Maria o mal foi à forma do Governo anterior definir a gestão de Santa Maria no que
110 tange ao contrato sem uma discussão clara com o Conselho. Discorreu sobre as experiências
111 anteriores quanto às extinções das Fundações existentes no DF em 2000. Informou que o ex
112 Governador Roriz e o então Secretário de Saúde Jofran Frejat foram os responsáveis por essa
113 façanha de acabarem com as Fundações e passar todas para Administrações diretas.
114 Ressaltou que até o momento ainda não foi possível efetivar a liquidação por conta da dívida
115 de 36 milhões com a Previdência Social e de não ter resolvido sobre aquisição de dois
116 terrenos. Destacou que o custo de Gestão pelas O.S é inferior ao da SES-DF. Ao final colocou
117 que para a reativação da FHDF o Governador deverá encaminhar o Projeto de Lei para ser
118 votado na Câmara Distrital. Se dirigindo ao conselheiro Tiago falou que má gestão acontece
119 tanto no sistema público como no privado, mas que no DF a maior corrupção aconteceu no
120 serviço público na gestão do ex Governador Arruda. Respondendo a conselheira Nilce falou
121 que o papel das UPA é importante e que poderia ter sido diferente se a SES-DF não tivesse
122 herdado estas da forma como aconteceu, totalmente desestruturadas. Explicou que foram
123 pensadas para aliviar fundamentalmente as pressões existentes nas emergências, por que
124 desde 1999, a população foi orientada a procurar as emergências porque não foi fornecido aos
125 Centros de Saúde condições para atender a sua demanda. Colocou também, que o
126 atendimento na UPA deve ser realizado aos usuários independente da gravidade do caso e
127 que se tratando de um atendimento grave, a orientação é que se preste o primeiro
128 atendimento e em seguida realize-se a transferência. Ainda se dirigindo a intervenção da
129 respectiva conselheira fez uma pergunta no sentido de procurar saber de todos se não
130 existisse a UPA aonde seriam atendidos os 500 pacientes que passam diariamente pelo
131 serviço desta. O conselheiro Miziara considera que o conselheiro Luis se referiu muito bem
132 sobre suas ponderações, no entanto, esclarece a este que não é possível um contrato com
133 menos de nove meses que existem as especificidades como é o caso do concurso para os
134 médicos que é feito por especialidade (pediatra, clínico médico, psiquiatra e outras). Ao final
135 ressaltou a necessidade de uma maior compreensão por parte dos conselheiros sobre o
136 processo, lembrando que tudo tem sido feito nos moldes do da Procuradoria Jurídica, para
137 evitar falas equivocadas. O conselheiro Bonifácio reafirmou que a Lei de Responsabilidade
138 Fiscal tem sido o grande empecilho para contratação de pessoal, colocou que continuam na
139 folha de pagamento tanto os ativos como os inativos e da necessidade de se cortar gastos. O
140 conselheiro Miziara referiu que existe um gasto muito elevado na SES/DF relacionado com
141 pagamento de horas extras para alguns servidores e, que novas contratações podem diminuir
142 as horas extras pagas. O presidente Rafael informou que 16 estados no Brasil já
143 ultrapassaram a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressaltou que como gestor assume suas
144 responsabilidades afirmando que até junho de 2012 a SES/DF serão finalizados os quatros
145 últimos contratos referentes ao o uso de leitos nas Unidades de Terapia Intensiva firmado pelo
146 governo anterior com treze hospitais particulares. Lembrou a todos que para funcionamento
147 do SAMU nunca foi realizado concurso público, os recursos humanos que prestam serviços
148 foram retirados dos serviços da SES/DF utilizando horas extras. Ressaltou que tem sete
149 ambulâncias paradas no serviço do SAMU em virtude da falta de motoristas no quadro desse
150 serviço, ressaltando que também não foi realizado concurso para essa função desde a sua
151 inauguração. Ao final solicitou ao CSDF que aprove temporariamente o contrato das O.S
152 para realizarem a gestão das quatro UPAs, como também seja concedido período de transição
153 por um ano até migrar todos os serviços para a FHDF. O conselheiro Gama do Conselho de
154 Saúde do Guará defendeu em nome da regional, o funcionamento das UPAS. O conselheiro
155 Armando Raggio, representante do Hospital Universitário de Brasília, referiu que a proposta do
156 HUB para gerir a UPA, deu-se a partir da sua solidariedade enquanto gestor com a SES/DF,

157 compreendendo as dificuldades enfrentadas e enfatizou que a garantia do público não estar na
158 gestão estatal, mas, na forma da gestão. Ao falar de contratar serviços de terceiros, quando
159 feito de forma responsável, não significa submissão ao prestador de serviço e sim maior
160 agilidade à gestão. Disse ainda que apesar de ser 100% SUS, acredita que nesse momento a
161 SES/DF, necessita de O.S para gerir as UPAS e por esse motivo solicita ao CSDF a
162 possibilidade da UNB poder gestar uma UPA da SES/DF. Colocou que por ter trabalhado na
163 FEPECS, considera que esta tem condições de gerir outra UPA e, finalizando disse ser
164 favorável ao retorno da FHDF. O conselheiro Helvécio entende que começou a clarear para o
165 CSDF o modelo de gestão da SES/DF, mas que existe a necessidade de pactuação nos
166 prazos para o encaminhamento de algumas questões como é o caso da apresentação do
167 Plano de Saúde dos Servidores da SES/DF. Ressaltou que o Clube da Saúde se manifesta
168 contrario em relação à extinção da FHDF, desde o ano 2000. Com relação ao funcionamento
169 das UPA, o conselheiro sugeriu à aplicação da resolução nº 18, de maio de 2010, que passou
170 a ser Resolução CSDF nº 321, até a saída do estudo pelo Ministério da Saúde e que seja
171 constituída uma Comissão do CSDF, para acompanhar todo o processo referente à seleção e
172 contratação de O.S. e a efetivação da FHDF no prazo máximo de 12 meses para atuar como
173 executora de serviços em especial saúde da família. O Conselheiro lembrou que houve duas
174 reuniões extraordinárias específicas sobre o tema (UPA) e não houve qualquer manifestação
175 quanto à revogação da Resolução nº 321. .Portanto não há sequer a necessidade de votação,
176 que a gestão neste momento, utilize as normas vigentes para viabilizar o funcionamento das
177 UPAS. Houve concordância unânime do Plenário quanto à fala do Conselheiro. A conselheira
178 Gracielly referiu que esse momento é histórico porque os conselheiros Miziara e Agamenon
179 concordaram sobre a criação da comissão para acompanhar o processo de gestão das UPA e
180 como representante do segmento dos usuários, também aprova a comissão, no entanto
181 reforça que esta deve ser composta de forma paritária. Enfatizou a conselheira, ser necessário
182 um bem estar coletivo para apoiar a SES/DF para atender a comunidade a partir do
183 cumprimento da campanha do Governo Agnelo quanto à revitalização da FHDF. O presidente
184 Rafael colocou que o contrato das referidas UPAs passarão pelo crivo do CSDF. O
185 conselheiro Agamenon colocou que nesse momento a única solução será contratar O.S para
186 gestão das UPA. A conselheira Regina Cohen apresentou suas preocupações em relação às
187 condições de funcionamento dos equipamentos na rede de serviços tais como: tomógrafo,
188 mamógrafos, raios - X e outros principalmente no HBDF, HRAN, HRAS, HRT inclusive, é
189 preciso elevadores para acesso dos pacientes. Colocou que as agendas são super lotadas,
190 inviabilizando atendimento de qualidade. Disse que assume o compromisso em identificar
191 quais as unidades de saúde que apresentam os problemas, nominalmente e que vai identificar
192 quais os serviços que receberam os equipamentos nominados e passar para o secretário
193 saber o que aconteceu. O presidente Rafael informou que equipamentos foram comprados,
194 como também recuperou quase todos os cento e vinte contratos extintos pelo governo
195 anterior. Quanto ao abastecimento, informou que até junho a rede vai está totalmente
196 abastecida. Referiu que ao assumir o governo as cirurgias ortopédicas e neuro cirúrgicas
197 estavam sendo realizadas com furadeiras não padronizadas, compradas na feira do Paraguai.
198 No entanto, considerando a importância do procedimento, providenciou a compra de
199 furadeiras padronizadas em 2010. A conselheira Olga colocou que os médicos fazem a
200 reclamação sem observar o que foi providenciado. O conselheiro Agamenon reforçou a fala do
201 Helvécio em relação às condicionantes da contratação das ambulâncias e entendendo a
202 necessidade de atender a sociedade, colocou ser a favor da contratação de O.S para fazer a
203 gestão das UPAs, desde que seja efetivada a reativação da FHDF, no prazo de um ano, como
204 também de ser acompanhadas pelo CSDF, quais as empresas que estão sendo pensadas
205 para essa função. Colocou que deve ser acordado o cumprimento da Resolução 321, para as
206 UPAs até que se efetive a FHDF em um ano e que seja criada a comissão paritária. **ITEM 03**
207 **- Apresentação e Discussão sobre o Relatório do GT para análise e proposições dos**
208 **processos que estão parados no CSDF.** A conselheira Maria Arindelita responsável pela

209 apresentação da matéria iniciou ressaltando a necessidade de outras reuniões para que o GT
210 possa finalizar a análise dos seis processos. Após, fez a leitura do histórico referente ao
211 processo sobre a inclusão das Subsecretaria de Gestão Participativa e Tecnologia da
212 Informação em Saúde no Colegiado de Gestão da SES/DF, bem como do voto favorável da
213 comissão pela aprovação da inclusão das duas subsecretarias ao Colegiado de Gestão e
214 submeteu o voto à Plenária do CSDF. Aprovado por unanimidade. Sobre o processo referente
215 ao Glaucoma, informou que por falta de informações havia sido encaminhado novamente para
216 a SAS/DF. **ITEM 04 – Informes e Indicações. 1- Secretária Executiva:** A secretária
217 executiva Ivanda apresentou o Termo de Suspensão dos Efeitos da Interdição nº 001/2012
218 que o Conselho Regional de Medicina do DF havia encaminhado ao CSDF comunicando a
219 suspensão da interdição na Unidade de Pronto Atendimento de Samambaia – UPA, a partir do
220 dia 12 de março de 2012, em razão da SES/DF ter se comprometido a “manter, no mínimo, a
221 escala de quatro médicos por turno, na UPA – Samambaia” bem como “manter a referência
222 para atendimento da UPA: para pediatria o HRT, HRAN, HRSAM e HMIB; para clínica médica,
223 o HRSAM”. **2 - Conselheiros:** O conselheiro Raimundo leu o parecer elaborado pelos
224 Conselheiros presentes nas duas visitas técnicas para definição da sede do CSDF. A primeira
225 no dia 20/03/2012, às 14 horas, ao plenário da antiga Câmara Legislativa do DF e primeiro
226 andar e a segunda no dia 21/03/2012, às 14 horas, ao antigo CPD – SUPRAC – DITEC,
227 colocou que o grupo considerando as péssimas condições de conservação do Plenário da
228 Câmara, necessitando de reforma imediata nas instalações elétricas, instalação de divisórias,
229 necessidade de instalação de pontos de internet. Plenário necessitando de reforma o que será
230 impossível devido a não liberação da área pela EMBRAPA e a área apresentadas com
231 paredes e painéis tombados pelo DF o considerando que a Infraestrutura do espaço do antigo
232 CPD, em boas condições para uso imediato, com ar condicionado funcionando, presença de
233 pontos de internet, divisórias, estacionamento, banheiros feminino/masculino, copa, Auditório e
234 salas para instalação de um Plenário para reuniões do CSDF, proximidade dos pontos de
235 acesso aos transportes públicos (ônibus, metro), sugerem ao Colegiado do CSDF aprovação
236 do local para mudança imediata da sede do CSDF e recomendam que a gestão da SES-DF
237 em atendam o pleito no prazo de 30 dias. O presidente do Conselho Rafael comunicou que no
238 espaço vai funcionar o Centro de oncologia, que atenderá desde a consulta ambulatorial,
239 como a realização da quimioterapia e radioterapia, por ser um local de fácil acesso aos
240 usuários que vem das diferentes cidades satélites do DF. Informou que está autorizado a
241 alugar um local para ser a sede do CSDF. O conselheiro Raimundo colocou que na condição
242 de representante dos usuários não acatava a proposta de ser alugada uma sala para o CSDF,
243 considerando que no conselho havia conselheiro cadeirante. O conselheiro Helvécio falou que
244 a mesa diretora vai estudar alternativas de espaços para que seja efetivada a proposta
245 aprovada na RO nº 286, quanto à solução imediata considerando a LEI Nº 4.604, DE 15 DE
246 JULHO DE 2011 que dispõe sobre a organização, a composição e as atribuições do Conselho
247 de Saúde do Distrito Federal, em seu Art. 8º diz que o Governo do Distrito Federal garantirá,
248 por meio da SES, autonomia, instalação física, condições materiais, quadro de pessoal,
249 dotação orçamentária própria e capacitação dos conselheiros para o funcionamento do CSDF.
250 O conselheiro Agamenon considera importante o funcionamento do conselho próximo a
251 SES/DF. Discordando do conselheiro Raimundo, colocou que não é justo disputar com o
252 usuário portador de câncer. Nada mais havendo a tratar na reunião foi dada por encerrada às
253 doze horas e vinte e cinco minutos. Para constar, eu, Maria Goreti Lima lavrou a presente ata
254 para posterior apreciação e assinatura dos Conselheiros.